



Câmara Municipal de Cosmópolis

"Palácio 30 de Novembro"

Requerimento nº 122/2026

Assunto: Requerendo ao Executivo informações sobre emendas parlamentares destinadas ao Município de Cosmópolis no exercício de 2025.

**Senhor Presidente,
Senhores Vereadores:**

O Vereador que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **REQUER**, ouvido o Plenário, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Cosmópolis para que encaminhe, no prazo legal, as seguintes informações detalhadas e devidamente documentadas acerca das emendas parlamentares destinadas ao município no exercício de 2025:

1. Levantamento geral das emendas

- a) **Quantas emendas parlamentares foram destinadas ao Município de Cosmópolis no ano de 2025?**
- b) **Qual o valor total das emendas destinadas e o valor efetivamente recebido pelo município?**
- c) **Encaminhar relação completa contendo: autor da emenda, origem (federal ou estadual), valor, objeto e situação atual (executada, em execução, pendente, cancelada, etc.).**

2. Execução e situação das emendas

- a) **Quais emendas foram efetivamente liberadas e recebidas pelo município? Informar valores por emenda;**
- b) **Quais emendas encontram-se em execução? Informar estágio atual de cada uma;**
- c) **Existem emendas pendentes de liberação? Informar quais e os motivos.**

3. Emendas não utilizadas, não cadastradas ou perdidas

- a) **Houve emendas destinadas ao município que não foram utilizadas, não cadastradas ou foram perdidas no exercício de 2025?**
- b) **Em caso positivo, informar para cada emenda:**
 - **valor;**
 - **origem (autor/parlamentar);**
 - **objeto;**
 - **motivo detalhado da não utilização ou perda (ex: perda de prazo, falha documental, ausência de projeto, não cadastramento, etc.);**



Câmara Municipal de Cosmópolis

"Palácio 30 de Novembro"

- c) **Informar se houve perda de prazo para cadastramento, execução ou prestação de contas, indicando os responsáveis e as providências adotadas pela Administração.**

4. Responsabilidade administrativa

- a) **Qual setor, departamento ou secretaria é responsável pelo cadastramento, acompanhamento e execução das emendas parlamentares e convênios no município?**
- b) **Informar a estrutura administrativa responsável, incluindo equipe e eventuais servidores designados;**
- c) **Informar quem é o responsável técnico e administrativo pelo acompanhamento das emendas.**

5. Distribuição por secretaria

- a) **Informar o valor total de emendas recebidas por secretaria municipal no exercício de 2025;**
- b) **Detalhar a destinação dos recursos por área (saúde, educação, infraestrutura, assistência social, entre outras);**
- c) **Informar quais ações, obras ou serviços foram executados com os referidos recursos.**

6. Planejamento, controle e transparência

- a) **O município possui sistema, controle interno ou ferramenta específica para gestão de emendas parlamentares?**
- b) **Há relatórios periódicos de acompanhamento? Em caso positivo, encaminhar cópia;**
- c) **Informar como é realizado o controle de prazos para evitar perda de recursos.**

7. Documentação comprobatória

- a) **Solicita-se que todas as informações sejam acompanhadas de documentação comprobatória, tais como:**
- **termos de convênio ou instrumentos congêneres;**
 - **planos de trabalho;**
 - **extratos de repasse;**
 - **empenhos, liquidações e pagamentos;**
 - **relatórios de execução física e financeira;**
 - **demais documentos pertinentes.**

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem como finalidade garantir a transparência e o controle na aplicação dos recursos públicos oriundos de emendas parlamentares, que representam importante fonte de investimento para o município.

O acompanhamento dessas informações é essencial para o exercício da função fiscalizatória do Poder Legislativo, permitindo verificar a correta destinação dos



Câmara Municipal de Cosmópolis

"Palácio 30 de Novembro"

recursos e identificar eventuais falhas administrativas, especialmente em casos de perda de recursos que poderiam beneficiar diretamente a população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, assegura, no artigo 5º, inciso XXXIII, que todo cidadão tem direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse coletivo ou geral, sob pena de responsabilidade da autoridade que lhe negar acesso;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 12.527/2011 determina que todo cidadão tem direito de obter:

*Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter: [...] VI - informação pertinente à administração do patrimônio público, **utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos**; [...]*

CONSIDERANDO que o artigo 49 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101/2000) determina que **"as contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade."**

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal, no Tema nº 832 da gestão por temas da Repercussão Geral, fixou a seguinte tese: **"O parlamentar, na condição de cidadão, pode exercer plenamente seu direito fundamental de acesso a informações de interesse pessoal ou coletivo, nos termos do art. 5º, inciso XXXIII, da CF e das normas de regência desse direito"**, a saber:

Tema	Há Repercussão? Sim
832 - Direito de vereador, enquanto parlamentar e cidadão, a obter diretamente do chefe do Poder Executivo informações e documentos sobre a gestão municipal.	
Relator: MIN. DIAS TOFFOLI	
Leading Case: RE 865401	
Ver descrição [+]	
Ver tese [+]	
O parlamentar, na condição de cidadão, pode exercer plenamente seu direito fundamental de acesso a informações de interesse pessoal ou coletivo, nos termos do art. 5º, inciso XXXIII, da CF e das normas de regência desse direito.[-]	

CONSIDERANDO que no voto RE 865401, que deu origem ao Tema nº 832, o relator Ministro Dias Toffoli assentou que **"o fato de as casas legislativas, em determinadas situações, agirem de forma colegiada, por intermédio de seus**



Câmara Municipal de Cosmópolis

"Palácio 30 de Novembro"

órgãos, não afasta, tampouco restringe, os direitos inerentes ao parlamentar como indivíduo, membro do povo, da nação".

CONSIDERANDO que, da simples análise do voto do Relator, é possível perceber que o parlamentar não pode ser transformado em cidadão de segunda categoria, uma vez que a Constituição Federal assegura que todo cidadão tem o direito fundamental de acesso à informação previsto no Art. 5º, XXXIII, 37, § 3º, inciso II; e 216, § 2º, da CF, com a aplicação das regras previstas na Lei de Acesso à Informação, a saber:

Não se nega que o jogo político há de ser jogado coletivamente e que seus resultados não de ser respeitados. Entretanto, o reconhecimento da existência dessa dinâmica em algumas relações dentro do parlamento não pode resultar numa leitura reducionista ou nulificadora do direito à informação, que possui natureza jurídica de direito fundamental e também de um direito humano.

[...]

De todo modo, o fato é que não há como se autorizar que seja o parlamentar transformado em cidadão de segunda categoria.

[...]

O fato de ser parlamentar não o despe de seus direitos de cidadão.

CONSIDERANDO que relator ainda ressaltou que "*Não tendo sido atendida a pretensão de buscar informações de órgãos e de entes públicos pela via do parlamento, o legislador, na condição também de cidadão terá, a toda evidência, o **direito fundamental de acesso à informação.***"

CONSIDERANDO que como é possível verificar, de acordo com o entendimento do STF, **o vereador tem o direito fundamental de como cidadão solicitar informações diretamente ao chefe do Poder Executivo, sendo que a sua afronta pode ensejar a busca por Mandado de Segurança;**

Caso a alegação do Poder Executivo seja que as informações aqui solicitadas já estão disponíveis no Portal da Transparência, cumpre lembrar que compete ao Poder Público, nos termos do Art. 11. §1º, I, comunicar o modo de realizar a consultar e efetuar a reprodução das informações solicitada. Sendo assim, **REQUER QUE** a Municipalidade **informe o MODO DE REALIZAR A CONSULTA dos questionamentos apresentados no presente pedido de informação.**

Vale lembrar que a ofensa a Lei de Acesso à Informação importa em crime de responsabilidade do Prefeito, nos termos do DL 201/67, Art. 1º, XIV, a saber:

Art. 1º São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipal, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:

[...]



Câmara Municipal de Cosmópolis

"Palácio 30 de Novembro"

XIV - Negar execução a lei federal, estadual ou municipal, ou deixar de cumprir ordem judicial, sem dar o motivo da recusa ou da impossibilidade, por escrito, à autoridade competente;

Requer ainda que as informações solicitadas sejam encaminhadas para o e-mail jrvieira@camaracosmopolis.sp.gov.br ou por se tratar de informação disponível em meio eletrônico, conforme autoriza o art. 11, §5º, da Lei 12.527/2011.

Por fim, requer que as informações solicitadas no presente pedido sejam apresentadas no prazo máximo legal, conforme determina o §1º, Art. 11 da Lei nº 12.527/2011, sob pena de se tomar as medidas cabíveis.

Ante o exposto ouvido o Plenário e atendidas as formalidades de praxe, REQUEREMOS que seja oficiado ao Poder Executivo para que sejamos atendidos quanto ao acima solicitado.

PLENÁRIO JOÃO CAPATO, 23 DE ABRIL DE 2026.

**ANÉZIO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
(JUNIOR VIEIRA)
VEREADOR**